



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

**O Banco Mundial e a Assistência a Contrarreforma da
Previdência Durante os Governos de Fernando Henrique
Cardoso**

Alessandra Ribeiro de Souza¹

Resumo.

Historicamente o Banco Mundial tem orientado a implementação de programas de “ajuste” fiscal no Brasil que tem tido por consequência o desmonte das políticas sociais e a precarização do trabalho. O presente artigo busca evidenciar a sinergia entre as orientações expressas nos documentos do Banco e as (contra) “reformas” dirigidas à política de Previdência Social. A análise dos documentos de Assistência ao País formulados pelo Banco indicam o nível de interferência desse organismo no período compreendido entre 1995 e 2002 sob os governos de Fernando Henrique Cardoso. O artigo baseado na análise documental se dedicou a tradução e análise de cinco documentos elaborados pelo Banco no período definido.

Palavras-chave: Banco Mundial; Previdência Social; Contrarreformas.

Abstract:

Historically, the World Bank has guided the implementation of fiscal “adjustment” programs in Brazil, which have resulted in the dismantling of social policies and the precariousness of work. This article seeks to highlight the synergy between the guidelines expressed in the Bank's documents and the (counter) “reforms” directed to the Social Security policy. The analysis of the Country Assistance documents formulated by the Bank indicate the level of interference of this body in the period between 1995 and 2002 under the governments of Fernando Henrique Cardoso. The article based on document analysis was dedicated to the translation and analysis of five documents prepared by the Bank in the defined period.

Keywords: World Bank; Social Security; Counter-reforms.

INTRODUÇÃO

O Banco Mundial historicamente tem se forjado como um banco do conhecimento cujas elaborações tem sido tomadas pelos sucessivos governos brasileiros como sua própria agenda de incorporação à ordem capitalista mundializada.

¹Assistente Social Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.
Alessandra.ufop@ufop.edu.br.



Fundamentado metodologicamente na análise de revisão documental, o presente artigo apresenta uma análise das propostas contrarreformistas dirigidas a política previdenciária brasileira inscritas nos documentos de Assistência ao País elaborados no período compreendido entre 1995 e 2000.

A importância de analisarmos de forma mais detida os rumos da previdência social, durante os governos de FHC tem duas motivações. Primeiro porque a análise desses documentos permite aprofundar nosso conhecimento sobre a forma como o Banco atua, que, como já indicamos, tem sua importância para além do financiamento. Em segundo porque a previdência social foi prevista pela Constituição como parte do tripé da Seguridade Social e seu desmonte tem rebatimentos evidentes na saúde por deixar falha essa articulação entre políticas sociais e, conseqüentemente, na proteção social à população.

O artigo está estruturado em duas sessões sendo a primeira dedicada a breves indicações sobre o processo histórico de conformação do chamado Banco Mundial. A segunda sessão apresenta o debate sobre as indicações do Banco para as “reformas” da previdência identificadas a partir da análise de cinco documentos denominados de Estratégia de Assistência ao País e é importante ressaltar que tais documentos inicialmente eram sigilosos e só tiveram seu acesso aberto a sociedade à partir de 2010 porém jamais foram traduzidos para a língua do país. Por fim apresentamos nossas considerações finais.

1- BREVES INDICAÇÕES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DO BANCO MUNDIAL.

No fim da Segunda Guerra Mundial, as potências imperialistas do Norte se viram incapacitadas de manter, da forma como até então mantinham, seus territórios coloniais. Foi nessa conjuntura também que os Estados Unidos emergiram como país hegemônico e teve início uma nova forma de colonialismo, pautada principalmente no espraiamento de seu potencial bélico legitimado pela Guerra Fria, pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outros tratados regionais. Ressalta-se ainda que os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra como a maior economia mundial e convictos de que era fundamental a recuperação das economias europeias, tanto para a sua própria consolidação enquanto império econômico como para evitar o avanço do comunismo.

Os países europeus, com seus territórios devastados pelas guerras, demandavam recursos para sua reestruturação e, nesse sentido, os EUA se colocaram como uma fonte de empréstimos na busca de uma cooperação mútua. Foi nessa conjuntura, a partir dos esforços empreendidos pelos países vencedores, que foi estabelecido um arcabouço



institucional multilateral, que objetivava assegurar a estabilidade social e econômico-financeira no pós-guerra e garantir um comércio internacional sem fronteiras.

As propostas e negociações em torno do desenho de uma nova ordem econômica mundial, visando reconstruir o capitalismo ocorreram entre 1941 e 1944, em um processo de articulação entre os Estados Unidos e a Inglaterra, mas que também envolveu a União Soviética e outros países, que negociavam individualmente com Washington. O desenho dessa nova ordem culminou nos acordos da Conferência de Bretton Woods em 1944.

Tais acordos determinaram a adoção de um sistema de taxas de câmbio atrelada ao ouro físico, “o padrão ouro” em um sistema administrado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O dólar americano foi estabelecido implicitamente como moeda reserva diante das reservas de ouro detidas pelos EUA. Tratava-se do novo regime de taxa cambial que ficou conhecido como “sistema de Bretton Woods” – um sistema de taxas de câmbio fixas, com o dólar no centro (VAROUFAKIS, 2016, p.92-93).

Em relação ao BIRD, de acordo com Pereira (2010), foi estabelecido que o Banco não competiria com os bancos comerciais e que seu papel seria subsidiário em relação ao capital privado, orientando-se para projetos em que os bancos comerciais não estivessem interessados (PEREIRA, 2010, p.101).

Pereira (2010) explicita que a ênfase no “capital produtivo”, inscrita nos estatutos do Banco, respondia a uma dupla injunção. A primeira referia-se à própria dinâmica da acumulação capitalista, que naquele momento e no quarto de século que se seguiu se centrava na esfera produtiva; e a segunda relacionada ao pensamento convencional da época, segundo o qual o crescimento econômico demandaria a eliminação de obstáculos e/ou a constituição de condições para o aumento da produtividade média, sob a forma de grandes inversões em capital físico (PEREIRA, 2010, p.106).

Nas décadas posteriores a fundação do BIRD outras instituições ligadas às suas atividades foram criadas: Instituto de Desenvolvimento Econômico em 1955 (renomeado de Instituto Banco Mundial em 2000); a Corporação Financeira Internacional em 1956; a Associação Internacional de Desenvolvimento em 1960; o Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos em 1966; e a Agência Multilateral de Garantia em Investimento em 1988. Esse conjunto de instituições forma o Grupo Banco Mundial, cuja sede está em Washington, DC (EUA) e o chamado “Banco Mundial” corresponde ao BIRD e à Associação Internacional de Desenvolvimento (AID).

O início da década de 1990 foi marcado pela explosão de novas crises econômicas nos países da periferia em decorrência do endividamento. Em nível mundial havia uma efervescência de movimentos contestatórios ao projeto neoliberal e às medidas de “ajuste” direcionadas pelas instituições de Breton Woods. Naquela conjuntura, o Banco passou por



uma reforma administrativa cujo centro estava na proposta de “banco de conhecimento”, que identificava como sua principal vantagem não mais o seu papel financeiro, mas a sua capacidade supostamente única de produzir informações de ponta sobre todos os aspectos do desenvolvimento.

Atualmente, de acordo com Pereira (2021) o Banco Mundial realiza fundamentalmente quatro tipos de atividade: a) empréstimos e créditos para projetos e políticas; b) aconselhamento, assistência técnica e advocacia em favor de determinada agenda de políticas; c) pesquisa econômica especializada em todas as áreas do desenvolvimento; d) mobilização e articulação de agentes públicos e privados para iniciativas multilaterais globais.

Ainda que os empréstimos e créditos para projetos constituam uma importante atividade desenvolvida pelo Banco, é reconhecido o empenho ao longo de sua história em se forjar como um “Banco do Conhecimento” que, através dos dados e pesquisas que mobiliza, apresenta uma agenda política e econômica sob uma aparente neutralidade (Pereira, 2021) utilizada para justificar e subsidiar as contrarreformas implementadas por diversos governos.

Essa “agenda” elaborada pelo BM está expressa principalmente nos documentos denominados Estratégia de Assistência ao País (EAP) que posteriormente passou a ser denominada Estratégia de Parceria com o País (EPP). Esses documentos constituem a publicação mais importante do BM dirigida a um país somada às suas formulações dirigidas a áreas específicas como os documentos de Assistência Técnica ao Setor Previdenciário, por exemplo (SOUZA, 2021). A seguir nos dedicaremos a análise da incorporação dos sucessivos governos brasileiros das indicações feitas pelo Banco Mundial no âmbito da política previdenciária.

II- A ASSISTÊNCIA DO BANCO MUNDIAL PARA O SETOR PREVIDENCIÁRIO.

Em 1995, ou seja, no período histórico no qual a elaboração de documentos de Assistência ao País ganharam mais terreno no Banco, foi elaborada a primeira proposta para o Brasil com essa denominação. Cabe ressaltar que esse documento foi elaborado em junho de 1995 e tornado público apenas em junho de 2010, ou seja, 15 anos depois. O documento só possui versão em inglês sem jamais ter sido traduzido para a língua do país.

O diagnóstico realizado pelo Banco e expresso no documento indica o que ele denomina “limitações” da Constituição Federal de 1988, que já vinha sofrendo várias tentativas, até agora sem sucesso, de alteração. Tais limitações são sistematizadas como questões fundamentais para uma reforma estrutural dentre as quais o sistema previdenciário



principalmente no que diz respeito a vinculação de benefícios ao salário mínimo, ao regime especial para funcionários públicos, entre outros(Banco mundial 1995b.)

À partir de suas análises sobre as políticas públicas brasileiras as propostas do Banco no âmbito dessa EAP indicavam como pontos que deveriam ser alvo de alteração das regras de qualificação ou aposentadoria, a definição dos benefícios pagos às contribuições em regime atuarial, e a permissão para a implantação de um sistema complementar de pensões, a ser gerido pelo sistema privado. Essas propostas, de acordo com o Banco, representavam o mínimo necessário para evitar problemas fiscais de longo prazo. Assim, as principais emendas constitucionais seriam transferir responsabilidades de despesas para estados e municípios para descentralizar a administração e relaxar a rigidez do trabalho.

Outro ponto importante a se destacar sobre essa EAP é a sinalização de cenários diferentes de empréstimos a serem usados para apoiar reformas econômicas. O apoio incluiria empréstimos para reforma do estado e uma série de empréstimos para reforma federal, por exemplo, privatização de banco estadual, reestruturação das ferrovias, reformas do setor de saúde, reformas do setor de educação e instalação de infraestrutura. O Banco se dispõe a “apoiar” a estabilização macroeconômica e a modernização do país através do que ele chama de “aconselhamento” sobre a reforma fiscal, do setor financeiro, da previdência social, da política monetária, tributária e privatização.

Em 1997, o Banco lançou o segundo documento de Estratégia de Assistência ao País que, assim como seu antecessor, só possui versão em inglês e só foi tornado público em 2010. No que tange as privatizações e “reformas” estruturais, o Banco indicou que o governo havia avançado muito quando obteve aprovação, em 1995, de emendas constitucionais que permitiram a participação privada no gás natural, eletricidade, petróleo, transporte marítimo e telecomunicações. Entretanto, o Banco considerava que outras “reformas” importantes apresentavam um progresso mais lento do que o definido na agenda inicial do governo, a exemplo do projeto de reforma da previdência, aprovada pelo Congresso em 1996, que não era forte o suficiente para servir aos objetivos do Governo e estava sendo revisado para reintrodução. Outro ponto indicado pelo documento era a elaboração de um projeto de lei constitucional de reforma administrativa que permitiria que funcionários públicos fossem removidos de empregos no governo em caso de excesso de pessoal, estabeleceria um teto geral de salário e pensão, e permitiria ao governo colocar empregados em licença com salários reduzidos.

De acordo com o Banco

O Governo continua fortemente comprometido com o Plano Real. Políticas macroeconômicas e reformas estruturais tendem a manter a inflação baixa, reduzir o crescimento do endividamento do setor público e restaurar a conta corrente a um nível sustentável. O foco principal é a melhoria do desempenho fiscal nos níveis nacional e subnacional. Isso exigirá despesas reduzidas e conter a folha de salários e um melhor



uso de recursos, incluindo melhor contabilidade e auditoria. Para solidez fiscal de longo prazo, o governo está buscando reformas mais profundas. Das três principais reformas estruturais que exigem emendas à constituição - reforma administrativa (essencialmente removendo a posse obrigatória no serviço público), reforma da previdência social (principalmente remoção da disposição que exige que os benefícios dos aposentados sejam iguais a 100 por cento de seu último salário; redução de benefícios cumulativos, introdução de uma idade mínima de aposentadoria e verificação de contribuições), e Reforma Tributária (melhorando a eficiência, conformidade e equidade horizontal dos impostos sobre bens e serviços) - a reforma administrativa tem a melhor chance de se tornar uma fonte significativa de apoio fiscal no curto / médio prazo (BANCO MUNDIAL, 1997b, p. 8 - tradução nossa).

Em 1998 FHC promoveu a primeira contrarreforma estrutural da Previdência através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 20, que instituiu a exigência de uma idade mínima para a aposentadoria, de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens (até então a aposentadoria valia para quem contribuísse por 25 a 30 anos, no caso das mulheres; e 30 a 35 anos, no caso dos homens, mas sem limite mínimo de idade); também criou o Fator Previdenciário², além de uma regra de transição para aqueles já contribuintes do sistema antes da aprovação da PEC. FHC também instituiu a Lei Complementar nº 109, em 2001, que no Capítulo III define o que são as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Ou seja, as principais diretrizes do EAP para esse setor foram incorporadas.

É importante citar outros dois documentos sobre a previdência, que nos parecem evidenciar como tem ocorrido a assistência técnica do Banco nesse setor. Em 1999, o BM lançou o documento "*Brasil - Projeto de Assistência Técnica Previdenciária*" (BANCO MUNDIAL, 1999), que aprofundou as discussões sobre a contrarreforma desse setor. De acordo com o documento, que também só foi publicizado em 2010, o programa de contrarreforma previdenciária que estava sendo implementado pelo governo se dividia em duas fases. A primeira fase envolvia a aprovação de emenda constitucional, que introduziu o princípio de equilíbrio fiscal para os sistemas públicos e privados, substituiu as pensões com base na antiguidade pelas baseadas em anos de contribuição, impôs a idade mínima para aposentadoria e a criação dos fundos de pensão para estados e municípios. Essa primeira fase também envolveu o início da reestruturação do INSS. A segunda fase envolveria a aprovação de leis complementares e ordinárias para definir os parâmetros dos novos sistemas de pensões. Além disso, é nessa segunda fase que estariam as reformas institucionais das agências governamentais que supervisionam o sistema de pensões. Essas agências são: o INSS e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que regulamenta e supervisiona o sistema de previdência complementar privado. Ambas as agências estão sob gerência do Ministério da Previdência Social (MPAS) (BANCO MUNDIAL, 1999, p.2).

A partir da indicação do processo que já estava sendo desenvolvido pelo governo brasileiro, o projeto proposto pelo BM apresentava, como seu principal objetivo, apoiar o

² Constitui um fator multiplicativo aplicado ao valor dos benefícios previdenciários, que leva em conta o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de vida.



desenho e a implementação de reformas institucionais e legais necessárias para a segunda fase da contrarreforma da Previdência. Especificamente, o projeto apoiaria: (i) a concepção e implementação selecionada de reformas institucionais para capacitar o INSS a realizar suas novas responsabilidades dentro do sistema contrarreformado; (ii) o desenho da legislação e regulamentação, que define os novos parâmetros para os sistemas de pensões para trabalhadores do setor privado; e (iii) o fortalecimento da supervisão e funções regulatórias do Sistema de Previdência Complementar. Além disso, o projeto financiaria a disseminação de informação pública para aumentar a “conscientização” sobre a importância da reforma da previdência e das lições da experiência (BANCO MUNDIAL, 1999, p.3).

O projeto proposto teria o custo total estimado de US\$ 10,05 milhões, com o Banco fornecendo US\$ 5,05 milhões e o Governo e o BID fornecendo os US\$ 5,0 milhões restantes. Para a implementação do projeto, propunha-se a criação de uma Unidade de Coordenação de Projeto (UCP), estabelecida no Ministério da Previdência e Assistência Social. Um experiente coordenador de projeto seria contratado para comandar esta unidade e seria auxiliado por uma pequena equipe, incluindo um contador e um advogado. Uma Unidade Técnica (TU) seria constituída no MPAS para auxiliar na gestão dos aspectos técnicos do projeto. Ele examinaria os termos de referência para consultores, organizaria *workshops*, forneceria opiniões e cuidaria de aspectos técnicos do projeto. A TU incluiria técnicos do MPAS e INSS e o coordenador do Projeto e todos os membros passariam por treinamento em aquisições, desembolsos e procedimentos de gestão financeira. O projeto seria supervisionado pelo Escritório do Banco no Brasil e um especialista em gestão financeira baseado em Brasília ajudaria a UCP a atender aos padrões do Banco e ajudaria na implementação do projeto posteriormente. (BANCO MUNDIAL, 1999, p.3)

De acordo com o projeto, a UCP que seria criada para esta operação deveria se tornar uma Unidade de Assistência Técnica permanente, capaz de supervisionar o trabalho técnico a ser realizado pelos diferentes departamentos do MPAS, e administraria os fundos de assistência técnica fornecidos pelo Ministério e agências doadoras.

O banco acumulou uma importante experiência na área de reforma previdenciária por meio de várias operações de ajuste visando os sistemas nacionais. O Banco também tem experiência em reestruturação de agências de administração de previdência. As principais lições aprendidas com empréstimos anteriores, que foram incorporados na proposta, são as seguintes: (i) Reforma da administração de pensões é mais eficaz no contexto de uma pensão programática anterior ou contínua reforma. Este empréstimo de assistência técnica apoiará a implementação de uma grande reforma previdenciária já aprovada pelo Congresso; e (ii) A reforma da administração de pensões é mais eficaz se o governo autoridades consideram as reformas institucionais como cruciais para alcançar os objetivos das reformas programáticas. No Brasil, as autoridades veem a reestruturação do INSS como fundamental para a implementação da reforma da previdência, incluindo a adoção de contas individuais, e como forma de reduzir custos, melhorando a eficiência e reduzindo erros, fraude e evasão. Além disso, eles veem o fortalecimento da SPC como fundamental para o crescimento do sistema de previdência complementar (BANCO MUNDIAL, 1999, p.3, tradução nossa).



Em janeiro de 2000, o BM elaborou o primeiro documento de avaliação do projeto, que também só se tornou público em 2010. O documento contém nove partes: A- Objetivo de Desenvolvimento do Projeto; B- Contexto estratégico, no qual apresenta as metas do projeto, as principais questões setoriais e estratégia governamental, questões de aprendizagem e desenvolvimento e expectativas de aprendizado e inovação; C- resumo da descrição do projeto, os componentes do projeto, os arranjos institucionais e de implementação e Monitoramento e Avaliação; D- fundamentação do projeto; E- Análise Resumida do Projeto nos seus aspectos econômico, financeiro, técnico, institucional, social, ambiental e abordagem participativa; F. Sustentabilidade e Riscos, abordando a Sustentabilidade, os Riscos Críticos e Possíveis aspectos controversos; G. Principais Condições do Empréstimo no qual discute condições de eficácia ; H. Prontidão para implementação e I. Conformidade com as políticas do Banco (BANCO MUNDIAL, 2000:3).

Um aspecto desse documento a ser ressaltado refere-se ao fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar. De acordo com o diagnóstico elaborado pela equipe do projeto, os principais problemas da previdência complementar eram: (i) baixa cobertura (menos de 5% da população economicamente ativa do Brasil); (ii) incompleto regulamento; e (iii) supervisão fraca e fragmentada. O quadro regulamentar carece de transparência e detalhes sobre questões como níveis de financiamento, procedimentos de solvência, portabilidade, direitos de aquisição e regras de investimento. A supervisão é dividida entre duas entidades. Os fundos fechados são supervisionados pelo SPC, secretaria ligada ao MPAS; e os fundos abertos são supervisionados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), vinculada ao Ministério da Fazenda. A capacidade das agências reguladoras de regular e supervisionar, de acordo com o Banco, é severamente limitada, devido aos seus recursos limitados (BANCO MUNDIAL, 2000).

Um dos principais elementos indicados no relatório para o fortalecimento do setor incluía a criação de leis complementares e ordinárias. O relatório do BM cita a doação de US\$ 1,2 milhões, pelo BID, para que a SPC pudesse redigir 3 leis complementares apresentadas ao Congresso, as quais teriam por objetivo ampliar o setor de previdência complementar no Brasil (BANCO MUNDIAL, 2000, p.4).

O que nos chama a atenção aqui é o nível de incorporação da equipe do Banco na estrutura do Estado, com a formação ofertada pelo Banco inserida dentro da administração pública e não apenas nas instituições do Banco que compõe o Grupo. A, assistência/ doação para a elaboração de legislações reforça o sentido, que já indicamos no capítulo 2, de precarizar a previdência pública e fortalecer a previdência privada/complementar.

O último EAP, elaborado durante o segundo governo de FHC, cobriu o período de 2000 a 2002 e, como seus antecessores, também possui versão apenas em inglês e só foi tornado público em 2010. Esse EAP discute as atividades de três organizações que compõe



o grupo Banco Mundial, o BIRD, a CFI e a AMGI. Evidenciando o processo de ampliação do chamado Grupo Banco Mundial.

A segunda novidade constitui na ampliação também dos sujeitos nacionais que participaram de sua elaboração:

O Banco agradece muito a colaboração do Governo Brasileiro na preparação deste EAP. O documento se beneficiou de extensas discussões e contribuições de Representantes do governo, em especial, da Presidência, do Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Fazenda e Diretor Executivo do Brasil no Banco Mundial. O Banco agradece o tempo concedido e as contribuições oferecidas por instituições e indivíduos consultados durante a preparação deste documento. Eles incluem membros do Congresso, vários Ministros, Governadores e Secretários de Estado de vários estados, a gestão de BNDES, representantes do setor privado, do setor financeiro e de associações industriais, acadêmicos, representantes da sociedade civil, representantes sindicais e líderes religiosos (BANCO MUNDIAL 2000b).

É importante ressaltar que esse documento foi elaborado no período imediato à explosão de nova crise brasileira, em 1998, que levou a assinatura de novo acordo com o FMI e, conseqüentemente, ao aprofundamento da adoção de sua política macroeconômica baseada no tripé câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação. É importante ressaltar que essas orientações já estavam presentes nas propostas anteriores de assistência ao país, mas aqui ganham impulso.

De acordo com o documento, o Brasil havia alcançado, na última década, avanços impressionantes em sua “reforma” econômica e social em direção a uma economia moderna, impulsionada pelo setor privado e integrada com mercados, o que incluía o rápido progresso do programa de privatização que fortaleceu a modernização do setor bancário privado. O duro “ajuste” fiscal implementado pelo governo brasileiro, que tem por consequência direta altos custos sociais, que naquela altura já eram reconhecidos, também é exaltado pelo Banco.

Desde o período de crise recente, o Governo fez progressos muito significativos no ajuste fiscal em um curto período de tempo. O ajuste fiscal foi realizado com tremendo esforço e disciplina notável e atingiu as metas ambiciosas que foram estabelecidas. Riscos para a sustentabilidade do ajuste fiscal continuam sendo uma fonte de vulnerabilidade. Os riscos fiscais contribuem para altas taxas de juros reais e desacelera a retomada do crescimento e a redução da pobreza. Restrições fiscais também limitam as opções de políticas fiscais anticíclicas para responder à volatilidade e proteger melhor os pobres de choques de renda. A reforma remanescente de agenda inclui, a importante reforma da previdência social em todos os níveis de governo, também a reforma tributária, reforma de despesas, bem como ajuste fiscal e reforma administrativa em nível estadual. O Governo continua fortemente empenhado na disciplina fiscal e nas suas metas para 2000 e 2001 (BANCO MUNDIAL, 2000, p.ii tradução nossa).

Nesse EAP, a orientação para a continuidade do “ajuste fiscal” mais uma vez focava nas “reformas” estruturais de longo prazo que compreendiam a esfera administrativa, a previdência social, os impostos e o código fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal). De acordo com o documento essas eram reformas difíceis



uma vez que abordariam a rigidez constitucional jurídica bem como teriam oposição dos principais grupos de interesse. O Banco alertava que atrasos na aprovação e implementação dessas reformas iriam colocar um fardo adicional de “ajuste” sobre o orçamento ou na tributação. De acordo com o Banco,

A reforma da previdência social é a questão fiscal mais importante que o governo federal e subnacional enfrenta. O déficit previdenciário geral era de cerca de R \$ 40 bilhões em 1998, ou cerca de 5% do PIB. Quando os juros da dívida pública acumulados em nome das pensões públicas são incluídos, esta proporção pode quase dobrar para 9,5% do PIB. Quatro quintos do déficit previdenciário é causado pelo setor público de previdência (RJU), metade das quais na esfera federal. Na previdência privada (RGPS) o déficit vem crescendo, mas o déficit do RGPS por beneficiário continua sendo uma pequena fração do déficit do RJU por beneficiário. Os principais desafios para a reforma da previdência social são: (i) reduzir o custo de pensões RJU; (ii) reduzir as diferenças entre RGPS e pensões RJU cortando benefícios RJU mais do que benefícios do RGPS, mantendo o elemento de rede de segurança do sistema previdenciário efetivo; e (iii) estimular o crescimento sustentável dos planos de previdência com capitalização. (Banco Mundial, 2000, p.12, tradução nossa).

Silva (2011), já explicitou a falácia dos argumentos, que indicam um déficit na previdência social e como os artifícios utilizados para garantir o cumprimento do programa de “ajuste fiscal” e o pagamento de juros encargos e amortizações da dívida têm sido responsáveis por corroer o fundo público. Aqui nos interessa indicar que as propostas para o aprofundamento da contrarreforma da previdência, que já havia sido iniciada no primeiro governo FHC, se voltam para os trabalhadores do setor público. Ainda que não tenha sido aprovada no governo FHC, a proposta foi reavivada no governo seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que o neoliberalismo aterrissou efetivamente no Brasil na década de 1990 durante os governos Fernando Henrique Cardoso. A política social, subordinada à estratégia macroeconômica, tem como orientações gerais a focalização, a privatização e mercantilização, que incidem na seguridade social prevista constitucionalmente por meio da separação das fontes de financiamento e na imposição de “reformas” no sentido de tornar a previdência social cada vez mais restrita e ampliar o espaço para a disseminação dos fundos de aposentadoria e pensão, nicho de valorização do capital.

A contrarreforma da previdência, prioritária nas orientações do Banco, foi implementada por FHC contando com a participação do Organismo que inclusive, através da assessoria técnica, contribuiu com a elaboração das legislações que materializaram a contrarreforma. Conhecer a atuação do Banco, publicizar suas estratégias e denunciar a conivência de governos comprometidos com a



manutenção da dependência é extremamente importante para que a sociedade brasileira organizada se contraponha às interferências a sua soberania.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Brasil - Estratégia de assistência ao país.** Washington, DC: Grupo do Banco Mundial. 1995 b. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/986231468230082173/Brazil-Country-assistance-strategy> consultado em 02/04/21 Acesso em: 03 mar. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Brasil - Projeto de Assistência Técnica Previdenciária** Washington, DC: Grupo do Banco Mundial, 1999. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/207921468770140742/Brazil-Social-Security-Technical-Assistance-Project> Acesso em 13 mar. 2021. Acesso em: 01 fev. 2021

BANCO MUNDIAL. **Brasil - Projeto de Assistência Técnica Previdenciária.** Washington, DC: Grupo do Banco Mundial, 2000. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/319771468769170774/Brazil-Social-Security-Technical-Assistance-Project> Acesso em: 01 fev. 2021

BANCO MUNDIAL. Brazil - **Country Assistance Strategy.** Washington, D.C. : World Bank Group. 1997 b. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/902681468017467876/Brazil-Country-Assistance-Strategy> Acesso em: 01 fev. 2021.

BANCO MUNDIAL. Brazil - **Country assistance strategy.** Washington, DC. : World Bank Group, 2000 b. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/126101468226760492/Brazil-Country-assistance-strategy> Acesso em: 01 fev. 2021

PEREIRA, João M.M. A construção do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro do desenvolvimento capitalista internacional (1940-81). **Revista de História da Unisinos**, v. 25, p. 77-93, 2021

PEREIRA, João M.M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro** (1944- 2008). Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **(Des) estruturação do trabalho e condições para universalização da Previdência Social no Brasil.** 2011. 359 f.Tese (Doutorado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUZA, Alessandra R. **A Agenda de (Contra) Reformas do Banco Mundial para Saúde Brasileira: Fundo Público e Ajuste Estrutural.** 2021. 203f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

VAROUKAKIS, Yanis. **O Minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global.** São Paulo (SP): Autonomia Literária,2016.